

# Acessibilidade em destinos turísticos: criação de pictogramas para mapeamento

Letícia Indart FRANZEN<sup>1</sup>  
Josildete Pereira DE OLIVEIRA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo geral a criação de pictogramas que representam a acessibilidade de um destino turístico do litoral de Santa Catarina, com o intuito de auxiliar no mapeamento da acessibilidade de destinos turísticos para pessoas com mobilidade reduzida e para pessoas com deficiência. Entendendo que a acessibilidade é definida como sendo a equiparação de oportunidades, a todos os seres humanos; devendo-se extinguir ou então amenizar os obstáculos e barreiras, garantindo o acesso seguro e autônomo a todos. Desta forma, entendendo a acessibilidade como critério de qualidade do espaço turístico, em áreas urbanas onde o turismo é atividade consolidada, este estudo tem como um dos seus resultados a criação de pictogramas em para diferentes níveis de acessibilidade (acessibilidade total, parcial, e inacessibilidade), além de pictogramas para serviços turísticos. Conclui-se que os pictogramas apresentados nesta pesquisa servem para o mapeamento de infraestruturas e serviços turísticos de destinos de sol e praia e que contribuem para o planejamento turístico.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Destinos Turísticos. Mapeamento. Planejamento.

## Introdução

Ao desfrutarem de viagens durante as horas de lazer, as pessoas com deficiência e as pessoas com mobilidade reduzida necessitam de adaptações especiais ao chegarem ao destino desejado, para que possam circular pelos espaços públicos e privados com autonomia e segurança, princípios básicos da acessibilidade. A adaptação dos espaços públicos é importante tanto para quem visita, quanto para quem é visitado, pois estes ambientes são caracterizados como local de convívio em sociedade, de socialização, de desfrute. Frente a este contexto, os destinos turísticos devem começar a planejar suas ações considerando o intuito de se posicionar no mercado como um destino diferenciado, capaz de atrair turistas de diversas partes do mundo, aumentando assim o seu ciclo de vida sem que para isso deixe de considerar os anseios da comunidade local que irá receber os turistas que ali chegam (Ruschmann, 1997).

Além de ser uma necessidade é de extrema importância que a administração pública realize o planejamento e a gestão dos ambientes considerando as limitações do público com mobilidade reduzida e com deficiência, para isso o mapeamento das infraestruturas e serviços pode auxiliar.

---

<sup>1</sup> Turismóloga. Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Docente nos cursos de bacharelado em Turismo Binacional e em Hotelaria na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: leticiafranzen@gmail.com.

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista. Mestre em Ciências da Terra (Natureza, Meio Ambiente e Sociedade) e Doutora em Ciências Humanas (Geografia) pela Université de Caen – Basse Normandie - França. Docente da UNIVALI – Balneário Camboriú. E-mail: joliveira@univali.br

Além disso, o mapeamento urbano das cidades pode se configurar como um meio de divulgação do destino turístico e uma forma de o turista se deslocar pela cidade com mais autonomia e segurança.

O presente estudo tem como objetivo geral a criação de pictogramas que representam a acessibilidade de um destino turístico do litoral de Santa Catarina, além disso, buscou identificar quais os parâmetros de acessibilidade da norma da ABNT<sup>3</sup> 9050 estão relacionados à uma cidade localizada em uma região litorânea e turística. Estes parâmetros foram analisados e traduzidos em pictogramas que representam a acessibilidade total, parcial e inacessibilidade. O intuito da criação destes pictogramas é de auxiliar no mapeamento da acessibilidade de destinos turísticos para pessoas com mobilidade reduzida e para pessoas com deficiência.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental por meio de leis e de normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de dissertação de mestrado na área de turismo defendida em 2014, onde também foram abordados temas referentes à hospitalidade pública de uma cidade turística do litoral do estado de Santa Catarina.

## **Referencial teórico-conceitual**

O número de idosos no Brasil vem aumentando gradativamente, ressaltando a característica de que a população está tendo melhores condições de vida e saúde, auxiliadas pelo avanço da medicina e da indústria farmacêutica, além disso, outro fato que contribui para o alto índice de idosos é a diminuição do número de mortalidade infantil e a alta taxa de natalidade. Segundo o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010), a população total do Brasil atingiu o número de 190.755.799 de pessoas. Deste número, cerca de 20.590.597 pessoas eram idosas, ou seja, têm mais de 60 anos de idade, atingindo aproximadamente 10,79% do total de brasileiros (IBGE, 2010). Segundo a mesma fonte, aproximadamente 23,91% (45.606.048 pessoas) da população brasileira possuía algum tipo de deficiência, seja, motora, auditiva, visual, entre outras.

A norma 9050 da ABNT define que as pessoas com mobilidade reduzida, também chamadas de pessoas com restrição de mobilidade, são as pessoas que, por qualquer motivo, estão permanente ou provisoriamente com seus movimentos de locomoção restritos, ou seja, são as pessoas engessadas com muletas, crianças, pessoa idosa (com mais de 60 anos de vida), pessoa obesa, pessoa anã, grávidas, lactantes, pessoa acompanhada por criança de colo, pessoa com carrinho de bebê, pessoa usuária de andador, entre outras. A mesma fonte entende que as pessoas com deficiência são representadas pelos seguintes tipos de deficiência: física; auditiva; visual; mental; múltipla.

Atualmente, as pessoas com mobilidade reduzida e as pessoas com deficiência estão cada vez mais participativas da vida social e econômica. Idosos ao se aposentarem, passam a aproveitar seu tempo livre com atividades prazerosas, como por exemplo, aulas de dança,

---

<sup>3</sup> Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

caminhadas, esportes em conjunto e individualmente, viagens em pequenos grupos e até individualmente (Santos, 2012).

Ao desfrutarem de seu momento de lazer com viagens, as pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, ao se deslocarem, necessitam de adaptações inclusivas que auxiliem no acesso a determinados espaços. A acessibilidade nos espaços públicos está pautada na premissa de que todos os cidadãos tenham o livre acesso a esses ambientes, porém, existem públicos que possuem certas limitações no que diz respeito ao seu deslocamento, por exemplo. Essas limitações dificultam o acesso a determinados equipamentos e espaços públicos, como por exemplo, as calçadas, os parques, as praças. Tal situação salienta ainda mais a necessidade que os ambientes públicos devem possuir adaptações inclusivas em suas infraestruturas urbanas a fim de possibilitar que tal público possa desfrutar desses espaços com facilidade, segurança e autonomia.

A acessibilidade configura-se, dentre outras formas, como a equiparação de oportunidades a todos os seres humanos, por meio do acesso seguro e autônomo, sem constrangimentos e restrições, marginalização ou qualquer tipo de segregação, seja ela social, racial, financeira, física, entre outras (Orlandi, 2003; Brasil, 2006). Para tanto, deve-se extinguir ou então amenizar os obstáculos que acentuam as limitações e que dificultam a locomoção de forma plena e segura.

Na visão de Darcy, Cameron e Pegg (2010) chama-se “turismo acessível” quando um destino turístico se utiliza do desenho universal para proporcionar acesso para todas as pessoas ao espaço urbano, aos produtos, aos serviços e aos equipamentos turísticos.

O termo “desenho universal (DU)” designa os ambientes públicos ou não, edificações e produtos que consideram em seus projetos de concepção a diversidade humana, ou seja, as diferentes capacidades e habilidades de cada um (Bins Ely, Dorneles & Koelzer, 2008). Diante disso, é possível realizar um planejamento inclusivo, considerando a diversidade humana e suas necessidades e limitações, promovendo o acesso a todas as pessoas, independente de sua condição humana, física, financeira, etc.

A eliminação de barreiras é um assunto muito discutido em diversas partes do mundo. Na China, por exemplo, existem pesquisas, em diversos âmbitos, que tratam deste assunto com muita propriedade, inclusive relacionado com o turismo. O turismo vem crescendo rapidamente nos últimos 15 anos na China, em 2004 havia 1,1 bilhão de viajantes domésticos. Além disso, a população que possui algum tipo de deficiência está crescendo neste país. Segundo dados da *China Disabled Person's Federation* (CDPF) a China, um dos países mais populosos do mundo atual, possui 60 milhões de pessoas com deficiência, destas, 11 milhões são pessoas com deficiências físicas (Bi, Card & Cole, 2007).

A norma 9050 estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) possui diretrizes que norteiam a adequação dos serviços, espaços, mobiliários, e demais equipamentos de utilização humana. Para os casos que descumprirem as regras estabelecidas nestas normas não implicam uma punição, pois são apenas sugestões.

Por meio da análise desta norma foi possível identificar quais os itens que estão relacionados à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência de

um destino turístico do litoral de Santa Catarina, a seguir: faixa de travessia para pedestre; faixa de travessia para pedestre elevada; meios de hospedagem; quiosques à beira-mar; salva-vidas na orla da praia; teleférico; cancha de bocha; praça; informações turísticas; mapas visuais para localização na cidade; vaga de estacionamento para deficiente; vaga de estacionamento para idoso; piso tátil; sinalização em braile; Língua Brasileira de Sinais (Libras); mapa tátil; chuveiro; rampas; banheiro público; telefone público; banco de praças; semáforo; escadas (quadro 1). O quadro 1, a seguir, foi formulado seguindo os parâmetros técnicos estabelecidos pela norma da ABNT 9050, para a adequação de equipamento e serviços acessíveis.

**Quadro 1 – Condição ideal para acessibilidade, segundo as normas da ABNT.**

<b>Itens analisados</b>	<b>Condição Ideal (NBR 9050)</b>
<b>Faixa de travessia para pedestre</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Devem possuir rebaixamento nas calçadas;</li> <li>2. Os rebaixamentos das calçadas localizados em lados opostos da via devem estar alinhados entre si.</li> </ol>
<b>Faixa de travessia para pedestre elevada</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recomenda-se a existência de faixas elevadas para travessia de pedestres.</li> </ol>
<b>Vaga de estacionamento para deficiente</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A vaga acessível deve ter sinalização horizontal e vertical;</li> <li>2. Deve possuir um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura;</li> <li>3. Deve conter espaço adicional para circulação de cadeira de rodas;</li> <li>4. Deve estar associadas à rampa de acesso à calçada;</li> <li>5. Deve estar vinculada a rota acessível que as interligue aos polos de atração;</li> <li>6. Deve estar localizada de forma a evitar a circulação entre veículos.</li> </ol>
<b>Vaga de estacionamento para idoso</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A vaga acessível deve ter sinalização horizontal e vertical;</li> <li>2. Deve estar vinculada a rota acessível que as interligue aos polos de atração;</li> <li>3. Deve estar localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos.</li> </ol>
<b>Rampas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sinalização com piso tátil;</li> <li>2. Os rebaixamentos das calçadas localizados em lados opostos da via devem estar alinhados entre si;</li> <li>3. Inclinação longitudinal não deve ultrapassar 8,33% (1:12);</li> <li>4. Ausência de bueiros, buracos e demais empecilhos para o deslocamento.</li> </ol>
<b>Rampas em direção à praia e ao mar</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Devem ser muito bem sinalizadas com o SIA;</li> <li>2. Com corrimãos (de preferência em braile) nos dois lados da rampa,</li> <li>3. Inclinação longitudinal não deve ultrapassar 8,33%</li> <li>4. A largura mínima da rampa acessível deve ser de 1,50 m, sendo 1,20m o mínimo admissível;</li> <li>5. No início e no final das rampas deve ter patamares de rampas, com dimensão longitudinal mínima recomendável de 1,50 m, sendo 1,20m o mínimo admissível;</li> <li>6. Necessita-se a colocação de pisos táteis no início da rampa indicando a sua existência.</li> </ol>
<b>Banheiro público</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Largura da porta do banheiro deve ser igual ou superior a 1m;</li> <li>2. Maçaneta da porta de material resistente e do tipo alavanca;</li> <li>3. Barra horizontal próximo a o vaso sanitário;</li> <li>4. Bacia infantil ou para pessoas de baixa estatura.</li> </ol>
<b>Telefone público</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pelo menos 5% dos telefones, com no mínimo um do total de telefones, devem ser acessíveis para P.C.R”.</li> <li>2. Em espaços externos, pelo menos 5% do total de telefones, com no mínimo um, deve dispor de amplificador de sinal;</li> <li>3. Deve ser garantido um M.R., posicionado para as aproximações, tanto frontal quanto lateral ao telefone;</li> <li>4. A parte operacional superior do telefone acessível para P.C.R. deve estar à altura de no</li> </ol>

Itens analisados	Condição Ideal (NBR 9050)
	máximo 1,20 m; 5. O telefone deve ser instalado suspenso, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado; 6. O comprimento do fio do fone do telefone acessível para P.C.R deve ser de no mínimo 0,75 m; 7. Nos telefones acessíveis para P.C.R <sup>4</sup> , quando houver anteparos superiores de proteção, estes devem possuir altura livre de no mínimo 2,10 m do piso, para que também ofereça conforto de utilização por pessoas em pé.
<b>Banco de praças</b>	1. Deve haver ao lado dos assentos fixos um espaço com as dimensões do Módulo de Referência (M.R.); 2. Recomenda-se que 5% do total de assentos fixos tenham o espaço para cadeirantes, tendo pelo menos um do total de assentos fixos.
<b>Semáforo</b>	1. Recomenda-se a existência de semáforos sonoros.
<b>Escadas</b>	1. Corrimão nos dois lados; 2. Sinalização em Braille nos dois lados dos corrimãos no início e no final; 3. Deve haver a sinalização visual de degraus (na borda do piso); 4. Sinalização com piso tátil no início e no final da escada.
<b>Piso tátil</b>	1. Deve haver a sinalização visual de degraus (na borda do piso); 2. Sinalização com piso tátil no início e no final da escada e rampas, no rebaixamento de calçadas, nos obstáculos suspensos, junto a desníveis, e outras interferências que porventura ocorram no percurso do passeio; 3. Deve haver sinalização contínua; 4. Em uma distância adequada dos mobiliários urbanos distribuídos ao longo do passeio; 5. De cor contrastante com o piso adjacente.
<b>Chuveiro acessível</b>	1. Os boxes de chuveiros devem estar localizados em rotas acessíveis e serem devidamente sinalizados; 2. A quantidade de chuveiros deve representar no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível; 3. Os comandos manuais do chuveiro devem estar a uma altura de 1 m do piso acabado; 4. As dimensões mínimas dos boxes devem ser de 0,90m por 0,95m; 5. Os boxes para chuveiros devem ser providos de barras de apoio verticais, horizontais ou em “L”; 6. Os pisos devem ser de superfície regular, firme, estável e antiderrapante, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas.

Fonte: elaborado pelas autoras (2015), de acordo com a norma 9050 da ABNT.

Tendo em vista que este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado, onde a proposta era o mapeamento de um destino turístico localizado no litoral de Santa Catarina, foram utilizados apenas estes itens para a criação de pictogramas, pois diante deste contexto, não havia a necessidade utilização de outros parâmetros de acessibilidade.

O mapeamento da acessibilidade de um destino turístico é de extrema importância para a realização do planejamento urbano e turístico da mesma. Neste aspecto, com base no que diz o Ministério do Turismo, em sua cartilha “Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos”, o mapeamento da acessibilidade tem como um dos objetivos “analisar, de forma geral, os aspectos de acessibilidade turística às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida” (Brasil, 2009, p. 11). Além disso, o mapeamento de espaços turístico contribui para uma série de fatores, para Brasil (2009, p. 11):

<sup>4</sup> Pessoas em cadeiras de rodas.

por meio do mapeamento pode-se: incentivar a acessibilidade e adequar ambientes; sensibilizar e conscientizar a comunidade local e os turistas em geral sobre a inclusão de pessoas com deficiência; contribuir para a elaboração de políticas públicas, planos e projetos de acessibilidade.

Por meio de pictogramas, ou seja, ícones desenhados em um *software*, se pode representar as situações reais encontradas no espaço analisado e, posteriormente, pode ser utilizado para o mapeamento destes locais.

Para o turista com deficiência e com mobilidade reduzida o mapeamento da acessibilidade turística pode contribuir para o livre deslocamento pelo destino turístico, além disso, o turista pode escolher visitar lugares acessíveis, ou então se hospedar em um meio de hospedagem próximo a espaços acessíveis. Para o planejador público destes espaços, através do mapeamento da acessibilidade torna-se possível fazer um diagnóstico dos locais onde já existe acessibilidade total e onde ainda há a necessidade de se fazer um investimento maior em infraestruturas adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência (Brasil, 2009). Para que assim as pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência possam circular com autonomia e segurança, princípios básicos da acessibilidade.

Neste contexto, Werneck (1997) defende que priorizar a integração de pessoas com deficiência não é um ato de “Boa ação” é um dever e uma obrigação dos governos, definida pela Constituição Brasileira, nas palavras da autora (1997, p. 243) “ninguém está sendo bonzinho por agir assim”.

## **Metodologia**

Esta pesquisa, segundo seus fins e objetivos, caracteriza-se por ser do tipo exploratória, como forma de obtenção de informações teóricas e conceituais sobre os temas principais desta análise, utilizando-se do levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma aproximação entre o pesquisador e as discussões que já foram feitas sobre os temas abordados nesta pesquisa (Leal, 2011).

Para esta pesquisa inicialmente se realizou um levantamento, através da norma 9050 da ABNT, sobre os parâmetros técnicos de acessibilidade que poderiam servir para o mapeamento de um destino turístico de sol e praia, localizado no litoral de Santa Catarina.

Após a identificação destes parâmetros foi realizada uma pesquisa em *sites* da *internet* sobre pictogramas turísticos e de acessibilidade. Foram encontrados alguns exemplos que serviram como base para a criação dos pictogramas específicos desta pesquisa.

Também foram levadas em consideração as leis e normativas, o instrumento de análise desenvolvido pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2009) para mapeamento da acessibilidade e a ferramenta de análise da acessibilidade criada na pesquisa de dissertação desenvolvida por Gerente (2005) e adaptado por Paiva (2009). Para esta pesquisa, foram feitas adaptações considerando o contexto do objeto de análise em questão, aliado à conjuntura turística de uma cidade turística do litoral sul do Brasil.






Em seguida, para a confecção dos pictogramas representando parâmetro de acessibilidade, foi utilizado o *software* AutoCAD (2013), criado em 1982, sendo amplamente utilizado pelas áreas da arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica, design de interiores, entre outras áreas do conhecimento, pois possibilita a elaboração e realização de peças de desenhos técnicos em duas dimensões (2D) e para modelos tridimensionais (3D).

## **Análise dos dados e discussões**


Para o mapeamento da acessibilidade, de um destino turístico de sol e praia localizado no estado de Santa Catarina, foram criados pictogramas referentes a cada item de adaptação necessário. Foi estabelecida para alguns itens a cor verde para os equipamentos totalmente acessíveis, a cor amarela para àqueles que estão parcialmente acessíveis e a cor vermelha para os equipamentos que não estão acessíveis de acordo com a norma 9050 da ABNT (quadro 1, anteriormente explicado).

No quadro 2, a seguir, estão dispostos os itens que representam situações turísticas, ou seja, são aqueles que representam as situações de: meios de hospedagem; quiosque de praia; salva-vidas; teleférico; cancha de bocha; praça e informações turísticas, são considerados nesta pesquisa como pictogramas relacionados ao turismo, pois podem estar relacionados à qualquer destino turístico, além disso, não representam situações de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, apenas representam equipamentos e instalações turísticas.

**Quadro 2 – Pictogramas que representam situações turísticas.**

<b>Pictograma</b>	<b>Legenda</b>	<b>Explicação</b>
	Meios de Hospedagem	Localização de meios de hospedagem cadastrados no <i>site</i> da Secretaria Municipal de Turismo <sup>5</sup> .
	Quiosque de praia	Localização dos quiosques à beira-mar.
	Salva-vidas	Localização de salva-vidas na orla da praia.
	Teleférico	Localização de um dos principais atrativos turísticos da cidade.
	Cancha de bocha	Localização de um equipamento esportivo de lazer.
	Praça	Localização de espaço público de lazer.

<sup>5</sup> [http://www.secturbc.com.br/pt\\_index.php?s=hospedagem](http://www.secturbc.com.br/pt_index.php?s=hospedagem)

Pictograma	Legenda	Explicação
	Informações turísticas	Localização de posto de informações turísticas.






Fonte: elaborado pelas autoras, 2015.

Para os seguintes parâmetros: rampas; escadas; banheiro; telefone; banco público; semáforo e chuveiro, por exemplo, onde, segundo a norma 9050 da ABNT existem muitos detalhes para considera-los acessíveis ou não é necessária a utilização de cores para identificar se é acessível (cor verde), parcialmente acessível (cor amarela) e inacessível (cor vermelha), conforme explica o quadro 3, a seguir.

Nestes casos, a existência de todos os itens estabelecidos nesta pesquisa como condição ideal e que constam na norma 9050 da ABNT (quadro 1), representam um equipamento ou serviço totalmente acessível. Já aqueles que possuem pelo menos uma das adaptações propostas pela norma 9050, mas que não possuem todos os itens estabelecidos pela mesma norma se configuram, nesta pesquisa, como equipamentos ou serviços parcialmente acessíveis, pois algumas alterações devem ser realizadas para que se torne totalmente acessível.

Os itens analisados que contrariam por completo a norma 9050, ou seja, que não possuem nenhuma adaptação para acessibilidade será mapeado com uma cor vermelha, identificando que aquele serviço ou equipamento não se encontra acessível e que pode trazer um risco para os usuários com mobilidade reduzida ou com deficiência, e também para o público em geral.

### Quadro 3 – Pictogramas coloridos para identificar nível de acessibilidade.

Pictograma	Legenda	Explicação
	Chuveiro acessível	Localização de chuveiro público à beira-mar para banhistas totalmente adaptado com todas as mudanças acessíveis definidas pela NBR 9050 da ABNT.
	Chuveiro parcialmente acessível	Localização de chuveiro público à beira-mar para banhistas com pelo menos uma adaptação acessível, porém não todas as adaptações definidas na NBR 9050 da ABNT.
	Chuveiro inacessível	Localização de chuveiro público à beira-mar para banhistas sem nenhuma adaptação acessível definida na NBR 9050 da ABNT.
	Semáforo acessível	Localização de semáforo totalmente adaptado com todas as mudanças acessíveis definidas pela NBR 9050 da ABNT.
	Semáforo parcialmente acessível	Localização de semáforo com pelo menos uma adaptação acessível, porém não todas as adaptações definidas na NBR 9050 da ABNT.












Pictograma	Legenda	Explicação
	Semáforo inacessível	Localização de semáforo sem nenhuma adaptação acessível definida na NBR 9050 da ABNT.
	Banco acessível	Localização de banco de praça totalmente adaptado com todas as mudanças acessíveis definidas pela NBR 9050 da ABNT.
	Banco parcialmente acessível	Localização de banco de praça com pelo menos uma adaptação acessível, porém não todas as adaptações definidas na NBR 9050 da ABNT.
	Banco inacessível	Localização de banco de praça sem nenhuma adaptação acessível definida na NBR 9050 da ABNT.
	Telefone público acessível	Localização de telefone público totalmente adaptado com todas as mudanças acessíveis definidas pela NBR 9050 da ABNT.
	Telefone público parcialmente acessível	Localização de telefone público com pelo menos uma adaptação acessível, porém não todas as adaptações definidas na NBR 9050 da ABNT.
	Telefone público inacessível	Localização de telefone público sem nenhuma adaptação acessível definida na NBR 9050 da ABNT.
	Banheiro público acessível	Localização de banheiro público totalmente adaptado com todas as mudanças acessíveis definidas pela NBR 9050 da ABNT.
	Banheiro público parcialmente acessível	Localização de banheiro público com pelo menos uma adaptação acessível, porém não todas as adaptações definidas na NBR 9050 da ABNT.
	Banheiro público inacessível	Localização de banheiro público sem nenhuma adaptação acessível definida na NBR 9050 da ABNT.
	Rampas acessíveis	Localização de rampas totalmente adaptadas com todas as mudanças acessíveis definidas pela NBR 9050 da ABNT.
	Rampas parcialmente acessíveis	Localização de rampas com pelo menos uma adaptação acessível, porém não todas as adaptações definidas na NBR 9050 da ABNT.
	Rampas inacessíveis	Localização de rampas sem nenhuma adaptação acessível definida na NBR 9050 da ABNT.
	Escadas acessíveis	Localização de escadas totalmente adaptadas com todas as mudanças acessíveis definidas pela NBR 9050 da ABNT.
	Escadas parcialmente acessíveis	Localização de escadas com pelo menos uma adaptação acessível, porém não todas as adaptações definidas na NBR 9050 da ABNT.
	Escadas inacessíveis	Localização de escadas sem nenhuma adaptação acessível definida na NBR 9050 da ABNT.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2015.

Ainda em relação aos elementos pictográficos que representam situações de acessibilidade, identificou-se que para alguns elementos não seria necessário a diferenciação por cores (quadro 4), pois na norma da ABNT não existe muitos itens a serem analisados

referente a parâmetros tais como: sinalização em Braile; interprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e mapa tátil, por exemplo. Para estes itens apenas são analisados a existência ou não de cada um.

**Quadro 4 – Pictogramas para mapeamento da acessibilidade que não precisam de diferenciação por cor.**

Pictograma	Legenda	Explicação
	Faixa de pedestre	Localização de faixa de travessia para pedestre.
	Faixa de pedestre elevada	Localização de faixa de travessia para pedestre elevada.
	Vaga de estacionamento para deficiente	Localização de vaga de estacionamento acessível para deficiente.
	Vaga de estacionamento para idoso	Localização de vaga de estacionamento acessível para idoso.
	Piso tátil	Trecho em que ocorre o piso tátil direcional e de interferência.
	Braile	Locais onde há a sinalização em braile de corrimãos, mapas táteis, entre outros.
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	Locais onde ofereça serviço de interprete em Libras.
	Mapa Tátil	Localização de mapas táteis de sinalização
	Mapa	Localização de mapas visuais para localização na cidade.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2015.

A produção destes ícones pictográficos se deu por meio de uma pesquisa na *Internet* e seleção de possíveis desenhos representativos de cada situação abordada nesta pesquisa. Em seguida, estas figuras foram redesenhadas no mesmo *software* da confecção dos mapas (AutoCAD, 2013) buscando realizar as transformações necessárias de acordo com os objetivos aqui propostos.

## Considerações finais

A finalidade destes pictogramas de identificação de equipamentos e serviços turísticos, acessíveis ou não, está relacionada com o planejamento público de espaços públicos e turísticos. Além disso, configuram-se como itens importantes de divulgação turística do destino, além de ser um diferencial.

Quando os espaços públicos e urbanos estão acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência também estarão acessíveis para toda a população humana, equiparando as oportunidades para todas as pessoas que por ali circulam. O mapeamento da acessibilidade de um destino turístico por meio de pictogramas facilita o deslocamento de turistas por espaços que já foram adaptados, promove a divulgação destes espaços, pode gerar o início de um processo de sensibilização por parte da comunidade local.

Conclui-se que os pictogramas apresentados nesta pesquisa servem para o mapeamento de infraestruturas e serviços que estão de acordo com a acessibilidade total, parcial ou que não possuem acessibilidade, em destinos turísticos. Também foram produzidos pictogramas que podem ser utilizados em vários contextos turísticos, pois não estão ligados exclusivamente à questão da acessibilidade.

O mapeamento destes itens é uma importante fonte de informação e um instrumento de planejamento dos espaços públicos e turísticos para a administração pública, com o intuito de aumentar os espaços totalmente acessíveis e diminuir os espaços totalmente inacessíveis.

Tendo em vista que a criação destes pictogramas levou em consideração uma cidade litorânea, destino turístico de sol e praia do estado de Santa Catarina, sugere-se que pesquisas futuras possam utilizar estes pictogramas para o mapeamento de outras cidades que se encontrem em uma região litorânea.

Sugere-se ainda que destinos turísticos localizadas em outros tipos de região utilizem estes itens para mapeamento e que criem outros pictogramas que estejam de acordo com a localização a ser mapeada.

## Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004). NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos*. Rio de Janeiro: ABNT.

Brasil (2009). Ministério do Turismo. *Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos*. Volume II. Brasília: Ministério do Turismo, 54 p.

Brasil (2006). Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Programa brasileiro de acessibilidade urbana – Brasil Acessível 2. Construindo a cidade acessível. 1ª edição - Brasília/DF.

BI, Y., CARD. J. A. & COLE. S. T. (2007). *Accessibility and Attitudinal Barriers Encountered by Chinese Travellers with Physical Disabilities*. In: International Journal of Tourism Research. Vol. 9, Issue 3, p 205-216, 12 p., January.

BINS ELY, V.H.M., DORNELES, V.G. & KOELZER, M.P. (2008) *Desenho Universal aplicado ao Paisagismo*. Florianópolis: PETARQ/UFSC. CD-ROM.

DARCY, S., CAMERON, B. & PEGG, S. (2010). *Accessible tourism and sustainability: a discussion and case study*. In: Journal of Sustainable Tourism. Vol. 18, n. 4, p 515-537, 23p., Maio.

Gerente, M. M. (2005). *Introduzindo diretrizes de projeto para acessibilidade em sítios históricos a partir do estudo de São Francisco do Sul*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo 2010*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia\\_tab\\_pdf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm)>. Acessado em: 02 abr. 2013.

Leal, E. J. M. (2011). *Produção acadêmico-científica: a pesquisa e o ensaio*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: <<http://univali.br/biblioteca>>. Acessado em: 27 nov. 2013.

Orlandi, S. C. (2003). *Percepção do portador de deficiência física com relação à qualidade dos espaços de circulação urbana*. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Paiva, E. Q. G. (2009) *Acessibilidade e Preservação em Sítios Históricos: O caso de São Luís do Maranhão*. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília.

RUSCHMANN, D. M. (1997) *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. (Coleção Turismo). Campinas, SP: Papirus.

Santos, A. Jr (2012). A pessoa idosa no turismo de praia: algumas considerações. In: RUSCHMANN, D. M.; SOLHA, K. T. (org.) *Turismo e lazer para a pessoa idosa*. Barueri, SP: Manole.

WERNECK, C. (1997). *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA.